

**A IDEOLOGIA NACIONAL
BRASILEIRA COMO FERRAMENTA
POLÍTICA: ORDEM, PROGRESSO,
CONSERVADORISMO E COERÇÃO**

*BRAZILIAN NATIONAL IDEOLOGY
AS A POLITICAL TOOL: ORDER,
PROGRESS, CONSERVATISM AND
COERCION*

L'IDÉOLOGIE NATIONALE
BRÉSILIENNE COMME OUTIL
POLITIQUE: ORDRE, PROGRÈS,
CONSERVATISME ET COERCION

LUCIANA DIAS GONTIJO SOARES
Mestre em Geografia/UFGM
E-mail: lucianageo.gontijo@gmail.com

ROGATA SOARES DEL GAUDIO –
Profa. do Departamento de
Geografia-IGC/UFGM.
E-mail: rogatasoares@gmail.com

DORALICE BARROS PEREIRA –
Profa. do Departamento de
Geografia-IGC/UFGM.
E-mail: pereiradb@yahoo.com.br

Resumo:

A ascensão do bolsonarismo no Brasil foi pautada, dentre outras coisas, pela apropriação de símbolos nacionais. Objetivando trazer elementos que contribuam para a compreensão do referido movimento, embora não o analise em si, o texto resgata aspectos da construção ideologia nacional brasileira e possíveis diálogos com a Geografia em processo de institucionalização no país, com o intuito de investigar de que maneira esta ciência contribuiu para esta construção. Analisaremos o mito do verdeamarelismo em sua conexão com a bandeira nacional; a dicotomia litoral-sertão em sua relação com a ideia de “ordem e progresso” e o mito de “país do futuro”; além da construção de uma sociedade que se estabelece calcada no mito da “democracia racial”, enquanto se estrutura por meio da diferença de cor, classe e exploração do trabalho.

Palavras-chave: Pensamento geográfico, ideologia nacional, mitos fundadores.

Terra Livre	São Paulo	ISSN: 2674-8355	Jul-Dez./2022	37, v. 2, n.59	ISSN: 2674-8355
-------------	-----------	-----------------	---------------	----------------	-----------------

Abstract:

The rise of Bolsonarism in Brazil was guided, despite of other aspects, by the appropriation of national symbols. Aiming to bring elements that contribute to the understanding of the referred movement, although not analyzing it itself, the text rescued aspects of construction of the Brazilian national ideology and possibly dialogues with Geography in the process of institutionalization in Brazil. We will analyze the myth of verdeamarelismo, and its connection with the national flag; the coast-hinterland dichotomy, and its relation with the idea of “order and progress” and the myth of “the country of the future”; in addition the construction of a society press to the myth of “racial democracy” while structuring itself through differences in color, classes and labor exploitation.

Keywords: geographical thinking, national ideology, founding myths

Résumé

La montée du bolsonarisme au Brésil a été guidée, entre autres éléments, par l'appropriation des symboles nationaux. Ce texte en visant à apporter des éléments qui contribuent à la compréhension de ce mouvement n'envisage pas l'analyser, mais récupérer des aspects de la construction de l'idéologie nationale brésilienne et des dialogues possibles avec la géographie dans son processus d'institutionnalisation au pays. L'objectif est d'investiguer comment cette science a contribué à cette construction. Nous analyserons le mythe du verdeamarelismo (verte-jaune) et son rapport avec le drapeau national; la dichotomie côte-sertão, et sa relation avec l'idée « d'ordre et de progrès » et du mythe du Brésil « pays du futur » en plus de la construction d'une société basée sur le mythe de la « démocratie raciale » mais en se structurant parmi la différence de couleur, des classes et d'exploitation du travail.

Mots-clés / Palabras-clave: Pensée géographique, idéologie nationale, mythes fondateurs

O processo de ascensão do bolsonarismo no Brasil se baseou, dentre outros aspectos, em discursos pautados na suposta existência de uma “guerra cultural”, bem como na tentativa de resignificação e fortalecimento de ideias conservadoras e reacionárias. Argumentos que giram em torno da “defesa da pátria” e da apropriação de símbolos nacionais, principalmente da bandeira, demonstram o importante papel da ideologia nacional¹ enquanto ferramenta política. Este não é um fato inédito, pois, a questão da construção da “identidade nacional”² foi tema relevante para diferentes governos e difundiu-se em uma diversidade de partidos, movimentos e administrações que variaram em inclinações tanto de direita, como de centro e de esquerda; tanto democráticos, quanto autoritários (LAUERHASS; NAVA, 2007). Consideramos que ideologia nacional é a “constituição de sujeitos que, pertencendo a grupos potencialmente antagônicos, julgam-se, acima de tudo, participantes de comunidades de iguais” (ALMEIDA, 2014, p. 66).

Assim, ela se constrói a partir da contradição entre a existência de uma comunidade de iguais, que seria a nação, e as desigualdades sociais existentes entre os membros que compõem essa nação. A concepção de uma “cultura e identidade nacionais” nos remete à sua dimensão “homogeneizante”, ao fornecerem elementos que contribuem para forjar este sentimento de comunidade. Tal sentimento se traduz na eficácia política do consenso social que, por sua vez, permite a existência concreta dos “brasileiros”. Ideologia e

¹ O desenvolvimento deste texto é consequência de pesquisa desenvolvida no período de 2018 a 2020 e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

² Consideramos que a identidade constitui a ideologia nacional, pois elementos que formam a primeira promovem a sensação de pertencimento colaborando para a construção da segunda.

cultura estão diretamente relacionadas, pois compõem “visões sociais de mundo” que compreendem

conjuntos, estruturados de valores, representações, idéias (*sic*) e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. (LÓWY, 1995, p.14).

Ressaltamos que a ideologia nacional não é estática, pois se baseia em “mitos fundadores” que fornecem

um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna[...], como da ampliação de seu sentido. [...] Logo, um mito fundador pode repetir-se indefinidamente sob novas roupagens (CHAUI, 2000, p.7).

Desse modo, nem todos os governos (re)constróem a ideologia nacional da mesma forma. Muitas vezes, a mudança política acarreta uma (re)interpretação do “projeto nacional” de acordo com os interesses dominantes da época, o que afeta as produções culturais criando rupturas e/ou continuidades (LAUERHASS; NAVA, 2007).

De acordo com Moraes (1988), a ciência geográfica contribui para a construção de ideologias nacionais em seus aspectos material e simbólico. No que tange ao primeiro, destaca-se a demarcação territorial, a qual delimita um Estado nacional. Já o simbólico está associado à significação e identificação entre a nação e o território, o que faz com que ambos sejam indissociáveis. De acordo com este autor, o campo geográfico no universo das ideologias expressaria a consciência do espaço trabalhada num sentido político. Assim, seria constituída uma “via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” (MORAES; 1988, p. 44). Para o autor, as ideologias geográficas

alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem (*sic*) a respeito de seu espaço e da sua relação com ele (Ibidem, p. 44).

A compreensão das ideologias geográficas é um dos aspectos centrais para o entendimento da ideologia nacional e ambas são dimensões essenciais para a apreensão do mundo contemporâneo e da atual conjuntura política no Brasil. Assim, objetivamos neste artigo resgatar aspectos do processo de construção da ideologia nacional brasileira e suas possíveis relações com a Geografia. Entendemos que a análise dos vínculos entre a construção das ideologias geográficas e da ideologia nacional, a partir de uma visada histórica, poderá auxiliar-nos a perceber alguns elementos que levaram ao surgimento e difusão do bolsonarismo no Brasil. Concebemos que o bolsonarismo realçou a desconfiança das instituições, notadamente entre as pessoas mais pobres; manteve vínculos que se atrelam à defesa da propriedade privada, à naturalização das desigualdades sociais e ao culto meritocrático ao “cidadão de bem”. Não iremos, aqui, tratar do bolsonarismo em si, mas analisar alguns elementos da ideologia nacional brasileira em diálogo com a Geografia, a fim de subsidiar futuras reflexões voltadas especificamente para o referido movimento político.

Analisaremos, então, o mito do verdeamarelismo, a partir de sua conexão com a bandeira nacional; a dicotomia litoral-sertão, diretamente relacionada à ideia de “ordem e progresso” e ao mito de “país do futuro”; e a construção de uma sociedade que se estabelece calcada no mito da “democracia racial” enquanto se estrutura por meio da diferença de cor, classe e exploração do trabalho.

Pensamos que determinado saber produzido e difundido pela Geografia possa contribuir para a construção/manutenção da

dominação de classe. Contudo, consideramos que a compreensão dos modos como as “ideologias geográficas” são (re)produzidas e utilizadas como ferramenta política para a construção de “visões sociais de mundo”, em consonância com Löwy (1995), pode ser um primeiro passo para subvertê-las, de maneira que possam alimentar estratégias de resistência e transformação social.

A bandeira nacional, o verdeamarelismo e o país agroexportador

A primeira versão da bandeira nacional brasileira foi feita no contexto da independência do país, em 1822. Este marco temporal³ é importante pois um dos elementos imprescindíveis à consolidação de um Estado-nação é a soberania. Neste período, o recém-criado Estado-nação necessitava de símbolos que compusessem sua identidade, especialmente porque não houve participação popular no processo de seu “nascimento”. Assim, a produção da bandeira nacional é encomendada por D. Pedro I ao pintor francês Debret, a qual era composta

de um retângulo verde, no centro do qual figurava um losango amarelo. O verde correspondia à cor da [...] família real dos Bragança, e o amarelo, à dinastia da qual era oriunda sua mulher, os Habsburgo. A bandeira mantinha, portanto, a tradição dinástica e não significava (ainda) o verde das florestas amazônicas nem o ouro do subsolo, como se reinterpretaria mais tarde. A forma losangular remetia, aliás, às bandeiras dos regimentos do exército napoleônico [...]. Sobre o losango amarelo encontra-se um brasão azul com a esfera armilar sobre uma cruz (vermelha) da ordem de Cristo, envolta por um anel azul carregado com 20

³O período colonial é fundamental para a compreensão deste processo, pois é quando se inicia a destruição da lógica social dos povos originários para a formação de uma organização política-territorial baseada em Estados nacionais (processo aqui não discutido).

estrelas de prata, e circundando a cruz, dois ramos (um de café, o outro de tabaco). A esfera armilar (representando a esfera celeste local), [...] encontrava-se desde 1645 na bandeira do Principado do Brasil. O brasão e a forma típica da coroa imperial remetiam à tradição portuguesa. As 20 estrelas, por outro lado, referiam-se às 20 províncias do Brasil, enquanto os dois ramos anteriormente citados evocavam a realidade agrícola brasileira (JURT, 2012, p. 483-484).

A simbologia demarcada pela primeira versão da bandeira, profundamente identificada com o regime monárquico e com a família real, demonstra que, apesar da independência, ainda havia laços profundos entre Brasil e sua antiga metrópole, por ter um português à frente do país. Com a Proclamação da República, em 1889, a bandeira imperial foi questionada e novas propostas foram apresentadas. Naquele contexto, a simbologia nacional tornou-se de extrema importância, pois, assim como no processo de Independência, não houve participação popular na Proclamação da República e já não havia a figura de um Imperador que pudesse ser o símbolo mais vultuoso e garantia da unidade nacional. O projeto governamental, então, deveria exprimir sua legitimidade por meio dos símbolos. A primeira bandeira republicana, nomeada “bandeira dos Estados Unidos do Brasil”, era uma versão verde e amarela do *Stars and Stripes* estadunidense com 20 estrelas sobre um quadrado negro. Ao ser apresentada, causou discórdia e indignação entre os positivistas por considerarem a bandeira pouco nacional (JURT, 2012). O pintor Décio Villares foi, então, encarregado de desenhar um modelo alternativo, tendo como base a filosofia positivista

A filosofia positivista do Estado entrava assim na simbologia política do Brasil. [...] [Comte] concebeu, em primeiro lugar, um estandarte religioso contendo “a fórmula sagrada dos positivistas: o amor por princípio, a ordem por base, e o progresso como objetivo” sobre um fundo verde, cor natural da esperança, própria aos emblemas do futuro” (Comte 1851:387) e, em seguida, a bandeira política: “A fórmula fundamental se decompõe, sobre as duas faces verdes, nos dois lemas que caracterizam o positivismo: um, político e científico ‘Ordem e Progresso’, o outro, moral e estético ‘Viver para o outro’”. O modelo positivista resumido no lema “Ordem e Progresso” significava um novo começo nacional, uma última etapa da evolução civilizatória, e não uma ruptura revolucionária. No novo projeto de bandeira, [...] mantinha-se o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul no centro para significar a transição entre o passado e o presente, mas suprimia-se o que lembrava a dinastia reinante [...] (Ibidem, 2012, p. 492).

Apesar das mudanças na bandeira do Brasil, as cores verde e amarela mantiveram-se como base em todas as versões apresentadas, embora fossem a elas atribuídos novos significados que demarcavam, simultaneamente, rupturas e continuidades. A bandeira simboliza o que Chauí (2000) denominou de “verdeamarelismo” elaborado

no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “país essencialmente agrário” e sua construção coincide com o período em que o “princípio da nacionalidade” era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica. De fato, essa imagem visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República. [...] Nessa época, quando a classe dominante falava em “progresso” ou em “melhoramento”, pensava no avanço das atividades agrárias e extrativas, sem competir com os países metropolitanos ou centrais, acreditando que o país melhoraria ou progrediria com a expansão dos ramos determinados pela geografia e pela geologia, que levavam a uma especialização racional em que todas as atividades econômicas eram geradoras de lucro, utilidade e bem-estar (CHAUÍ, 2000, p. 33-34).

A participação popular na criação das simbologias nacionais inexistiu. Os responsáveis por estes feitos, e pelos processos políticos a eles adeptos, foram membros das classes dominantes, especialmente os proprietários de terra, o que demonstra que as mudanças políticas ocorridas no período analisado foram frutos dos interesses das mesmas classes, as quais mantiveram-se no poder no curso dos anos. Dessa forma, o verdeamarelismo enquanto celebração do país essencialmente agrário, apresenta a contradição na qual se baseia a construção do Brasil enquanto Estado nacional “independente”, mas que não rompe com sua herança colonial agrária e oligarca. Chauí (2000) assinala que o “progresso”, parte do lema positivista inscrito na bandeira, está diretamente relacionado ao avanço das atividades extrativistas e agrárias, isto é, mesmo papel cumprido pelo Brasil-colônia na Divisão Internacional do Trabalho.

Esse preceito remete também ao porvir, às potencialidades do Brasil, ao mito do “país do futuro”, isto é, “paraíso reificado, domado e pronto para dar aos seus filhos a riqueza prometida” (ARAÚJO, 2016, p.155). A concepção do Brasil enquanto “paraíso” está diretamente aliada à sua natureza exuberante e remonta à sua “certidão de nascimento”, a carta Pero Vaz de Caminha. Ao longo do processo de construção da identidade nacional, tal concepção foi apropriada e ressignificada.

Uma primeira alusão à existência de uma identidade nacional brasileira partiu das oligarquias regionais, as quais,

insatisfeitas com a política centralizadora do Estado imperial, passaram a promover uma polarização entre a identidade lusitana, atrelada ao Imperador, e uma identidade brasileira (BARBATO, 2014). Até então, não havia uma elaboração concreta do que seria esta “identidade nacional”, apesar de já existir uma preocupação desde meados do II Império, com a criação de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

O Estado nacional, modelo europeu de organização político-territorial, está afeito à ideia etapista de “evolução da civilização” e traz à tona um dos aspectos imprescindíveis ao processo de construção da identidade nacional brasileira: a relação entre civilização e primitivismo. Segundo Barbato (2014), ao mesmo tempo em que tal processo deveria ter como espelho o continente europeu, necessitava possuir elementos originais e singulares que os diferenciasse. Assim, a natureza tropical foi “eleita” como elemento de unificação nacional em contraposição à Europa, ao mesmo tempo em que se tornou o foco para a construção de uma “identidade marcadamente nacional” (Ibidem). A partir deste ponto, era necessária a disseminação desta concepção por meio das ciências, das letras e das artes:

Literatura, História e Geografia – esta última envolvida de maneira bastante pragmática no que toca às questões fronteiriças do Império – engajaram-se, cada uma à sua maneira, em um movimento que usa esta natureza como ponto de união do Brasil e de diferenciação em relação aos demais, afinal, todo o país era naturalmente exuberante. No entanto, a natureza não ocupa sozinha o posto de elemento original e singular do Brasil. O homem brasileiro, representado principalmente pelos elementos indígenas e mestiços,

também têm lugar central nesse contexto (Ibidem, 2014, p.8).

Saindo do século XIX, momento no qual tais ideias foram gestadas, e adentrando o século XX, “país do futuro” foi o *slogan* lançado na Era Vargas. No “país do futuro”, entretanto, o “paraíso” não era “natural”, mas reificado e domado com o objetivo de trazer riqueza aos brasileiros. Assim, reforçou-se a apreensão da natureza como recurso natural a ser explorado a fim de proporcionar a chegada do “progresso” ao país. No período getulista houve, então, uma modificação do significado atribuído à natureza, que passou a ser aliada à grande extensão territorial:

O território brasileiro era o imenso significante, propenso às mais diversas representações e interpretações simbólicas, calcadas nesta condição hiperbólica natural, mas também mitológica, do Éden terreno. [...] A significância encontrou, no nacionalismo territorial, um novo horizonte, pois, a partir daquele ponto, a dádiva da terra [...] deveria ser enfrentada, modernizada, explorada, e submetida aos desígnios daqueles que almejavam acompanhar o movimento da história. Inventar o Brasil significava estruturá-lo, modernizá-lo, equipá-lo com técnicas e tecnologias. Nacionalizar e modernizar foram premissas paralelas e complementares do governo getulista (ARAÚJO, 2014, p.155).

A natureza “selvagem” era o símbolo do primitivismo, mas a natureza “domada”, transformada em recurso natural, estava a serviço da “civilização” e do “progresso”. A natureza edênica e misteriosa deveria ser decodificada e racionalizada por meio da ciência. A Geografia colabora sobremaneira para este fim, tanto no que diz respeito à consolidação das fronteiras do Brasil, quanto no inventário de suas riquezas e construção de um imaginário social coletivo sobre o país.

O desvendar do “enigma Brasil” e a institucionalização da Geografia brasileira

A institucionalização da Geografia brasileira ocorrida com a criação do curso na Universidade de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934, e de outras instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1936, durante o primeiro governo de Vargas, sugere que um dos objetivos de seu “nascimento sob moldes da ciência moderna”, no Brasil, foi servir ao Estado enquanto instrumento de (re)apropriação do território e “(re)invenção” da “identidade nacional”. A partir desse movimento, a Geografia encontrava-se oficialmente e reconhecidamente legitimada sob o rigor científico e positivista. Moreira (2016) ao tratar da trajetória da Geografia brasileira, apresenta aspectos importantes desta passagem da “informalidade” para a “formalidade” a partir dos anos de 1930:

Há uma geografia e uma forma geográfica de ver na obra dos viajantes, cronistas e naturalistas. E uma outra na obra dos geógrafos de formação que para cá vem nos anos de 1930 e 1940 a fim de fundar a Geografia formal. Difere nestes o olhar cultivado do especialista, não necessariamente a forma de ver e o modo interessado de olhar. [...] podemos considerar esses momentos como duas formas, mais que duas fases, de pensamento geográfico no Brasil: a informal e a formal. É informal o pensamento dos viajantes, cronistas e naturalistas, em que podemos incluir os romancistas e mesmo a *intelligentsia* brasileira que olha e perscruta com o concurso dos clássicos o enigma Brasil, pelo menos até os anos 1930. O pensamento formal é dos geógrafos convidados a criar a Geografia universitária e dos institutos de pesquisa como o IBGE e o Joaquim Nabuco e a plêiade dos que desde então se formam sob seu símbolo inaugural (MOREIRA, 2016, p. 19).

Desvendar o “enigma Brasil” se mantém enquanto objetivo basilar da Geografia e da *intelligentisia* brasileira. Assim, a principal diferença entre a “informalidade” e a “formalidade” diz respeito à metodologia de análise e não “necessariamente à forma de ver e o modo interessado de olhar”. Aroldo de Azevedo, formado sob os moldes da “Geografia formal”, também aborda esta questão no texto “A Geografia de São Paulo e sua Evolução”. O geógrafo paulista apontava para a existência de mais de uma Geografia, e as principais diferenças entre elas estavam relacionadas às questões de método:

A Geografia puramente descritiva e enumerativa, tipo catálogo [...]? Ou a Geografia que se confunde com a Topografia e a Cartografia, ainda hoje admitida por alguns em nosso país? Ou, finalmente, a verdadeira Geografia, a Geografia Moderna que se estuda nos meios cultos da Europa e da América, notadamente em que a interpretação dos fatos constitui (sic) o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas...? [...]. Acreditamos que o problema poderá ser resolvido de maneira satisfatória se procurarmos um marco [...] e esse (sic) marco só pode ser representado pela criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo [...] (AZEVEDO, 1954, p. 45-46).

A Geografia paulista, uma das grandes frentes de desenvolvimento da Geografia brasileira foi inaugurada sob a égide de mestres franceses, como Mombeig e Deffontaines, sendo que o último foi o que mais a influenciou teórico-metodologicamente em virtude de ter como uma de suas principais preocupações, constituir um quadro de referência da interpretação global do espaço brasileiro (MOREIRA, 2016). Assim, os fundadores franceses da Geografia

acadêmica no Brasil não se limitaram a reproduzir o pensamento geográfico que trouxeram de fora, mas intervieram fortemente na interpretação do real-concreto brasileiro, isto é, na formação de um pensamento geográfico voltado para a análise da “realidade brasileira” (ibidem, p. 27).

Dada a importância da Geografia francesa na institucionalização da Geografia no Brasil, pensamos que para melhor compreendermos de que maneira era feita esta análise da “realidade brasileira” e se havia relações entre esta e os elementos da ideologia nacional, seja preciso apresentar alguns aspectos das concepções geográficas de Deffontaines em seu processo de interpretação do país. Moreira (2016) analisa a obra “Geografia Humana do Brasil”, produzida pelo geógrafo francês e nos apresenta a estrutura do livro, o qual é dividido em quatro partes:

A primeira é a exposição do quadro da natureza, vista num enfoque da História natural territorializada e das metamorfoses paisagísticas que ela sofre no interior da evolução da História sociocultural brasileira. A segunda e a terceira referem-se às formas com que nessa relação a ação do homem a humaniza. E a quarta remete às formas e aos princípios econômicos orientadores dessa transformação enquanto uma combinação espacial entre História natural e História social. (MOREIRA, 2016, p. 28).

A interpretação do Brasil feita por Deffontaines tem como fio condutor a relação homem/natureza tendo em vista as transformações da paisagem, os gêneros de vida e, sobretudo, a economia. Moreira (2016) afirma que para o geógrafo francês uma das questões fundamentais da ocupação

do território brasileiro seriam os ciclos econômicos que vão “incorporando, recriando e substituindo a diversidade natural e o modo pré-colombiano” (Ibidem, p. 30):

Deffontaines vincula os contextos dos ambientes ao conceito e escala dos gêneros de vida. É assim que depois de um rápido quadro descritivo da distribuição dos efetivos demográficos, passa ele à análise dos gêneros de vida constitutivos das formas do espaço geográfico brasileiro na sua escala sistemática: *a fazenda, o modo de vida caboclo, o comércio ambulante, os modos de vida urbanos*. Fecha o livro o capítulo da economia, num alargamento da sistematização dos modos de relação homem-meio agora na forma do que se pode dizer o arcabouço geral de ocupação humana do território nacional, *como no esboço de uma divisão territorial global de trabalho por vir. A chave é a ocupação do território brasileiro por ciclos econômicos que vão incorporando, recriando e substituindo a diversidade natural e o modo pré-colombiano [...]*. É quando a prática do *avanço contínuo da linha do desbravamento – a frente pioneira* – gera e dissemina ao mesmo tempo para trás e para frente os gêneros de vida cabocla em áreas geralmente quedadas ou ainda não recuperadas do esquecimento (Ibidem, p. 28-30, grifos nossos).

A “linha do desbravamento” está diretamente relacionada ao avanço do “progresso” e da “civilização” às regiões “longínquas” do território brasileiro, a partir do seu controle por aparatos do Estado. A isto se somava a utilização dos recursos naturais existentes em prol do “desenvolvimento econômico” e a eliminação dos “gêneros de vida” cabocla, associados ao “modo pré-colombiano” ou “primitivo”, por meio de sua assimilação e incorporação à economia e cultura nacionais. Deffontaines publicou o texto “Indivíduos tipos do Brasil” no qual integra conceitos de paisagem, região e gêneros de vida. Segundo o autor, a seriação destes

indivíduos-tipos seria o primeiro plano de caracterização de um país:

A definição humana de uma região dada, cifra-se menos pelo arranjo do povoamento ou distribuições étnicas, do que pela escolha *dos* gêneros de vida, cuja associação íntima assegura a entreter a exploração do terreno. Tais gêneros de vida encontram sua expressão nos indivíduos-tipos, cuja seriação ocupa o primeiro plano na caracterização de cada país. Não raro, há um tipo dominante que marcou profundamente tôda (sic) a gama de ocupações e o regime de trabalho: seus hábitos, suas exigências se inscreveram profundamente na paisagem. Os outros tipos gravitam-lhe em tórno (sic), alguns mesmo vivem como parasitas [...]. (DEFFONTAINES, 1947, p. 140).

Assim, uma das formas como a Geografia contribuiu para a construção da ideologia nacional brasileira foi por meio da caracterização do país, a qual desponta, de acordo com o geógrafo francês, com a seriação de seus indivíduos-tipos. Para Deffontaines (1947), o gênero de vida não estava relacionado às consequências de condições sociais construídas a partir do processo histórico de uma formação social baseada nas relações de classes e de cor. De acordo com este autor, ser “dominante” ou “parasita” era uma questão de escolha. O uso do termo “parasita” mostra a existência de uma hierarquia social entre tais indivíduos-tipos e seu nível de importância na sociedade, associado ao “progresso” ou ao “atraso”. Os gêneros de vida constitutivos do espaço geográfico brasileiro, conforme Deffontaines eram **a fazenda, o modo de vida caboclo, o comércio ambulante, os modos de vida urbanos** (MOREIRA, 2016). De acordo com o geógrafo francês, para melhor compreender o cenário brasileiro à época, era necessário conhecer seus indivíduos-tipos:

[...] *no Brasil, o tipo dominante [...] é o fazendeiro*, ou seja, o proprietário de uma fazenda, ou grande propriedade [...]. O primeiro esforço do fazendeiro consistiu no apossamento da terra; é de estranhar-se a importância dessa apropriação, num país tão vasto, tão pouco povoado [...]. Era de esperar-se encontrar imensas extensões sem dono, recaindo sob domínio público do Estado. Até mesmo as zonas de florestas amazônicas têm proprietários e lá se encontram fazendas unicamente florestais. O domínio público é insignificante e isto explica a pequena importância da colonização oficial. Seria interessante retrazar a história da imensa imobilização da terra pelos primeiros a pisá-la. Seu direito de propriedade deriva seja de concessões outorgadas pelo soberano, sob o nome de sesmarias, seja de simples apossamento de fato, facilmente reconhecido por decretos e leis (DEFFONTAINES, 1947, p. 140, grifos nossos).

No excerto acima, Deffontaines trata de um aspecto indispensável para o entendimento do Brasil: a questão da terra. O fazendeiro é apresentado pelo autor como o indivíduo-tipo principal ou dominante, isto é, o mais importante para o país, tendo em vista que, em um país “essencialmente agrário”, os donos da terra estariam no topo da hierarquia social. Evidencia-se aí, a relevância da propriedade privada, uma fundamental característica das sociedades capitalistas. O geógrafo francês exalta o “esforço” do fazendeiro no “apossamento” da terra, apesar da vastidão do país “ainda tão pouco povoado”. A ideia de que os donos das terras teriam sido os “primeiros a pisá-las” reforça a concepção de que antes da chegada dos europeus o atual território brasileiro era um “vazio demográfico” e, em paralelo, promove o apagamento dos povos originários que o habitavam. Seguindo a lógica da hierarquia social dos indivíduos-tipos brasileiros e seu papel nos ciclos econômicos do país, Deffontaines (1947, p. 141)

comenta que mesmo entre os fazendeiros, havia aqueles que possuíam maior influência e importância, a depender do modo de utilização de suas propriedades. Segundo o autor, havia dois tipos de fazendas: as de plantações, especialmente de insumos que abasteciam o mercado externo desde o período colonial, tais como cana-de-açúcar, café e cacau; e as de criação de gado, historicamente ligadas ao abastecimento do mercado interno. O “fazendeiro de plantação” seria mais dominante do que o “fazendeiro de gado”:

A antiga fazenda de plantações compunha-se de três elementos: sobre (*sic*) uma elevação, a casa do dono, casa grande ou sede [...] o porão [...] e o pátio espanhol. O alojamento do fazendeiro é, [...] muito luxuoso [...]. Há sempre uma biblioteca onde o livro francês tem lugar de honra. No jardim de traçado francês, com vistosos grupos de begônias e *buganvílias* está colocada uma piscina de mosaico, por que o fazendeiro manifesta um orgulho particular. [...] A fazenda de gado é de todo diferente. O dono nem sempre tem nela sua residência e sua morada tem uma aparência mais modesta. O pessoal [...] habita em cabanas muito afastadas umas das outras e colocadas perto duma espécie de reduto de troncos de árvores formando uma cêrca (*sic*): é o curral [...]. Em muitos casos, as fazendas de gado não possuem limites precisos, pastando o gado em liberdade nos campos, chamados gerais. O fazendeiro mesmo não é o proprietário da terra e sim duma certa marca aplicada aos animais com o ferrete em brasa ou por incisão na orelha (Ibidem, 1947, p. 141).

O principal aspecto de distinção entre os dois tipos de fazendeiros é a propriedade da terra, historicamente ligada aos europeus e seus descendentes por meio da política de distribuição e ocupação de terras adotada pela Coroa portuguesa - as capitânicas hereditárias e as sesmarias. O fazendeiro de gado é proprietário somente de sua criação. Na descrição citada, fica nítida a diferença de riqueza entre os

dois tipos de fazendeiros, além da influência europeia na constituição das “fazendas de plantação”, a qual se manifesta no “pátio espanhol”, “na biblioteca, onde o livro francês tem lugar de honra” e no “jardim francês”. Schwarcz e Starling (2015), ao analisarem a sociedade da cana-de-açúcar no período colonial, afirmam que os senhores da terra formavam “uma aristocracia da riqueza e do poder, não uma nobreza hereditária do tipo europeu” (Ibidem, p. 107), isto é, não eram nobres de “berço”, mas seu acesso à terra, à riqueza e ao poder, estava associado à cor da pele.

Num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação. Um funcionário régio, no ano de 1789, afirmara que a colônia era o lugar em que “uma pessoa de posses e origens das mais modestas dá-se ares de grande fidalgo”. [...] O que definia a nobreza no Brasil era o que ela não fazia. Dedicar-se ao trabalho braçal, cuidar de uma loja, atuar como artesão e demais atividades eram coisas para gentios ou cativos [...]. Já os “nobres” deveriam viver do rendimento de aluguéis e de cargos públicos. Melhor ainda, se o capital permitisse, era ser proprietário de engenho e se cercar de um grande número de agregados, parentes e criados. Capital, domínio, autoridade, posse de escravos, dedicação à política, liderança sobre vasta parentela, constituíram-se nas metas desse ideal de nobreza, que dominava a sociedade colonial (Ibidem, p. 107).

Há, aí, uma contraposição entre o proprietário de terras, que era dono de riqueza, poder, *status*, e associado à cor branca, e o trabalhador, associado ao negro e ao “gentio”. É construída, assim, uma sociedade na qual a cor da pele passa a ser determinante enquanto fator primordial da hierarquia social. De maneira distinta da metrópole, onde a

nobreza era associada aos laços sanguíneos, no Brasil a nobilitação é forjada por meio de posses:

muitos senhores de engenho eram por vezes cristãos-novos, descendentes de comerciantes ou imigrantes de posse que dedicavam seu tempo e capital à produção e comércio da cana. Foi só com o tempo, e com a perpetuação do casamento entre pares, que esses senhores foram se transformando numa classe mais homogênea. A partir de então, seus membros tratariam de refazer uma genealogia mítica, buscando estabelecer no passado longínquo raízes nobiliárquicas. Não obstante, se os proprietários não eram nobres de origem, procuraram se inventar como tal. Não são poucos os relatos que descrevem os senhores desfilando com seus trajes refinados, chapéus largos e botas lustradas (Ibidem, p. 108-109).

A análise das autoras traz as raízes do processo de construção da sociedade brasileira que, na primeira metade do século XX, será analisada por Deffontaines (1947), segundo o qual, o fazendeiro de plantação, principal indivíduo-tipo brasileiro, estava no topo da hierarquia social. É interessante notar que tal posição era ocupada pelo fazendeiro unicamente pelo fato de ser o proprietário de terras e estas, que produziam para o mercado externo, traziam o “progresso” ao país. O trabalhador, que efetivamente a produzia, no entanto, possuía menor relevo social. A celebração do país essencialmente agrário, simbolizada pelo verdeamarelismo, encontra eco na exaltação do proprietário de terras. Deffontaines (1947), então, qualifica os “tipos sociais” que “gravitavam ao redor” do fazendeiro:

O colono é um tipo que gravita em torno (*sic*) do fazendeiro. Não é, porém [...] um homem que vem instalar-se em terra livre. Trata-se de um operário contratado pelo agricultor que o vai aliciar até mesmo nos mercados europeus, notadamente na Itália meridional. O fazendeiro confia-lhe o cuidado dum certo número de pés de café, recebendo êle (*sic*) em paga a

metade das colheitas [...]. Concedem-se-lhe igualmente terras para suas culturas e rebanho pessoal. Todavia permanece frequentemente nômade, errando de fazenda em fazenda e constitui um proletariado rural ao invés de campesinato. Essa instabilidade do colono testemunha seu desejo de adquirir terra, de fixar-se num lote [...]. Todavia, o *monopólio da terra pelos fazendeiros torna muito difícil êsse (sic) acesso à propriedade*. A maioria dos fazendeiros, entretanto, *não exploram mais que uma parte de sua propriedade* [...]. De sorte que a sêde (*sic*) de terra é grande entre a gente pobre e *difícil de resolver*, a despeito da imensidade do Brasil (Ibidem, p. 142).

Destaca-se do trecho acima que o colono era um trabalhador rural, na concepção de Deffontaines um “proletário” e não um camponês, uma vez que era um “operário” contratado para trabalhar em terra alheia. O problema social da dificuldade do acesso à terra pela população pobre devido ao monopólio exercido pelos fazendeiros é apenas tangenciado pelo geógrafo francês, que o classifica como um “problema difícil de resolver”. O reconhecimento de que haveria um desejo do colono em se tornar proprietário de terras e da dificuldade ou mesmo impossibilidade de acessá-las, a despeito desta vontade, contradiz a visão de Deffontaines, mencionada anteriormente, de que os gêneros de vida seriam uma *escolha*. Vale ressaltar que, ainda que a utilização da terra fosse o elemento chave para classificar a importância do indivíduo-tipo na hierarquia social, a maioria dos fazendeiros “não explorava mais que uma parte de sua propriedade”; eles eram proprietários de latifúndios em grande parte improdutivos, e os trabalhadores sem-terra, diante da dificuldade de tornarem-se proprietários, se sujeitavam a constituírem o “proletariado rural”. Além

disso, o colono era um “trabalhador livre” associado à figura do branco europeu e não ao negro, o qual constituía grande parte da mão de obra das fazendas no período colonial e não foi “absorvido” no novo regime laboral, após a abolição da escravatura formal. Apesar de pobre, o colono, assim como o fazendeiro (ambos remetidos ao branco/europeu), contribuía para a “modernização” ou “civilização” do Brasil. Já o indígena é apresentado da seguinte maneira:

Os índios foram concentrados nas plantações da costa atlântica. Habitados a uma economia de simples colheita, sem dispensar verdadeiro esforço, não puderam suportar o regime de trabalho que se lhes impunha nas plantações. Praticaram o que se chamou cinicamente de “a greve da morte”; com efeito, foi na verdade, a densidade do trabalho que os europeus têm o hábito de suportar e de impor que provocou uma imensa hecatombe nas populações indígenas. O fato é que não existe no Brasil mais do que um milhão e meio de índios para uma população de mais de quarenta e sete milhões de habitantes. Os quais com o nome de bugres, refugiam-se nas regiões mais inacessíveis, notadamente ao sul da bacia amazônica. Aqui, portanto, não se depara a questão indígena, tal como existe, algumas vezes (sic) de modo grave, nos países da América espanhola (Ibidem, p. 140).

Pode-se dizer que os indígenas representariam o modo de vida pré-colombiano, “não afeito à densidade de trabalho suportada os europeus”. A análise de Deffontaines (1947) sobre a ocupação humana do território nacional se baseava em uma “divisão territorial do trabalho por vir” (MOREIRA, 2016, p. 30). Os indígenas enquadram-se na parcela da população que seria “incorporada” ou “substituída” pelos ciclos econômicos nacionais. Apesar de reconhecer o genocídio indígena, praticado pelos europeus, preocupava o geógrafo francês os aspectos quantitativos resultantes desta dizimação

e não a problematização da questão. Segundo ele, os povos originários constituíam uma parcela muito pequena da população, logo, a “grave questão indígena” que existia em países da América Espanhola (que ele não diz qual é), não seria um “problema” no Brasil. Seguindo a “seriação” dos indivíduos-tipos brasileiros, o autor nos apresenta os “vendedores-ambulantes” que são,

após o fazendeiro e o colono, as figuras mais típicas do *hinterland* brasileiro. Há um velho nome para designá-los: chamam-nos mascates [...]. Foram os habitantes da Bahia, a cidade mais povoada, sobretudo de pessoas de condições precárias, desde muito devotadas à procura de todos os expedientes, que descobriram o horizonte de trabalho e que representaram a *ausência de negócio em todo o interior* do Brasil. [...] Na segunda metade do século XIX [...] o campo de ação dos mascates alargou-se consideravelmente. [...] Foram os próprios italianos que asseguraram para si este (*sic*) serviço [...]. Uma terceira onda de mascates ocorreu um pouco mais tarde [...] os sírios [...] descobriram o Brasil e sua predisposição toda (*sic*) especial para o comércio ambulante. [...] Tal população, tantas vezes criticada severamente, tem prestado contudo ao Brasil *verdadeiros serviços*. Foi através dela que a vida de trocas difundiu-se por toda (*sic*) parte, mesmo nos *sertões mais inacessíveis*. O comércio dos mascates representa sensível *progresso a uma economia fechada e rotineira*. Pelo seu tino dos negócios, criaram iniciativas de vulto e estão em vias de participar ativamente no nascimento da grande indústria. A despeito de seu recente ingresso no Brasil, já constituem uma *peça importante no mecanismo econômico do país* (DEFFONTAINES, 1947, p. 144, grifos nossos).

Os mascates teriam sido os responsáveis por levar o comércio para o “interior” do país, isto é, acabar com a “ausência de negócio” ou, em outras palavras, acabar com o ócio. O excerto traz três palavras que podem ser consideradas sinônimos: “interior”, “*hinterland*” e “sertões”. Sertão, no pensamento social brasileiro, aparece atrelado ao litoral,

formando uma dualidade que divide o país em civilizado (litorâneo) e primitivo (sertanejo). O livro “Os sertões”, de Euclides da Cunha, pode ser considerado um marco de origem da formação deste pensamento social, pois mesmo sendo uma obra literária, foi referência para grande parte da intelectualidade brasileira, inclusive para os geógrafos das primeiras gerações. Moraes (2003) define sertão como “o outro geográfico” que se (des)qualifica a partir do levantamento de seu oposto: o litoral, (re)conhecido e apropriado pelos aparatos estatais. O sertão não se caracteriza a partir de uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada, cartografada no terreno, mas sim por meio de uma realidade simbólica, tornando-se uma ideologia geográfica:

Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem *objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados* (MORAES, 2003, p. 2, grifos nossos).

O sertão seria, então, o “espaço” para o Brasil do vir-a-ser, o “país do futuro” integrado por meio da expansão da “linha de desbravamento”, responsável por levar o “progresso” e a “civilização” às regiões “distantes e inacessíveis” do país. Os mascates seriam, assim, atores importantes nestas “frentes pioneiras” e o comércio, efetuado por eles - o elemento-chave da integração territorial - um primeiro passo

para a apropriação e transformação deste espaço, aproximando-o dos objetivos da economia nacional. Segundo Moraes (2003, p.2), a ideia de sertão “traz em si uma valoração crítica à situação atual de dada localidade e uma meta para sua transformação”:

[...] trata-se de uma valoração aplicável para novos lugares ou para novas ondas colonizadoras. O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. [...] utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta (Idem, p. 3).

Os “sertões” brasileiros, na primeira metade do século XX, entendidos como áreas de “soberania incerta” deveriam ser colonizados, conquistados e incorporados pela política e economia nacionais. A Geografia também contribuiu para a construção e disseminação deste imaginário social sobre o sertão, ao mesmo tempo em que serviu ao aparato estatal para sua dominação por meio do levantamento de um inventário dos “recursos naturais e humanos” existentes, demarcação territorial e disseminação de um discurso que justificava o projeto de “expansão”. Deffontaines (1947), ao “sериar” os indivíduos-tipos brasileiros de acordo com seu papel no “mecanismo econômico”, atribui valoração também aos habitantes do Brasil, e sua importância na hierarquia

social se define por “dominantes” e “parasitas”. Ao caracterizar os mascates, aponta primeiramente para os “baianos”, associando-os à uma porção territorial – a Bahia – e também às condições de vida precária que ali possuíam. Neste primeiro momento, não comenta quem seriam eles, isto é, Brancos? Negros libertos? Indígenas? Em seguida, apresenta a segunda e terceira “onda de mascates” associando-os aos estrangeiros, italianos e sírios, e enfatizando sua proeminência para o país. Os mascates, na visão deste autor, desempenharam um papel pioneiro na colonização dos sertões brasileiros e na sua incorporação à economia nacional. O progresso, uma vez mais, estava dissociado dos negros, indígenas e mestiços sendo estes assim retratados:

[...] há outros elementos que *vivem à margem*, além das regiões pioneiras, em pleno sertão: são os chamados ***caboclos*** ou ***caipiras***. Tratam-se de *mestiços em quem os sangues branco, indígena e negro se acham mesclados em porções variadas*. O caboclo *recua ante o avanço da faixa pioneira*. Muitos, entretanto, permaneceram no interior da zona civilizada, nos rincões que o avanço colonizador deixou intactos ou nos que a exploração européia (*sic*) abandonou [...]. O caboclo leva uma *vida livre*, quase sem nenhuma necessidade, *sem dinheiro*, praticando uma *agricultura primitiva*, quase florestal, em que o campo e a floresta se entrosam. É sobretudo um colhedor que apanha os frutos da floresta e o mel silvestre. [...] Sua casa não passa de uma cabana feita de varas ou de palmeiras, coberta de folhas (*sic*), ramos ou palha. Bastam-lhe algumas horas de trabalho por semana para ter assegurada a *subsistência*. [...] Ao longo do litoral atlântico, o caboclo passa a ser pescador, embora permaneça no mato: *é o caiçara*. Tira sua subsistência do mar e da floresta. [...] Ainda mais do que o caboclo do interior, o caiçara pode viver ***ocioso, com um volume de trabalho insignificante de nenhum modo comparável com o esforço (sic) médio de um europeu*** (DEFFONTAINES, 1947, p. 145, grifos nossos).

O mestiço seria um tipo que habitaria o sertão e que vivia “à margem”. Além de não pertencer às regiões civilizadas, o caboclo ainda recuava à medida que a “faixa pioneira” avançava. Este indivíduo-tipo representa, então, o ócio, a subsistência, estando à margem da economia nacional e, como tal, fadado à assimilação e ao desaparecimento, à medida que o “progresso” alcançasse os “rincões” do país. Saindo do campo, Deffontaines (1947) demarca o contraste evidente entre os gêneros de vida rurais e a vida industrial incipiente que se desenvolvia nas cidades, trazendo o novo tipo social: o operário. O proletariado industrial era composto majoritariamente

de *estrangeiros*: italianos, húngaros, poloneses. [...] Os salários são baixíssimos, em média 5 a 7 francos por dia, porém o custo de vida ali é barato [...]. Portanto, por salários que se poderia qualificar de miseráveis, o operário leva uma vida relativamente *fácil e salubre*. A *consciência de classe operária* é menos acentuada do que na nossa Europa. Reúnem-se, sobretudo, para as distrações, o esporte, e mesmo a instrução. Os operários formam uma espécie de *nova e jovem aristocracia em meio à população das cidades* (DEFFONTAINES, 1947, p. 145- 146, grifos nossos).

Os estrangeiros europeus, mais uma vez, são protagonistas entre os indivíduos-tipos mencionados pois, apesar de serem operários, estão relacionados ao que havia de mais “moderno” no processo de consolidação do Estado burguês no Brasil: a indústria. Para o geógrafo francês, as fábricas simbolizavam não apenas a chegada do “progresso” e consolidação do estado nacional brasileiro, mas também a afirmação do Brasil no cenário internacional, em face ao contexto da Segunda Guerra:

A guerra europeia, a crise atual, acompanhada da queda do câmbio permitiram às fábricas brasileiras reservar para si todo o vasto mercado local e mesmo encetar uma exportação para outros países da América do Sul (DEFFONTAINES, 1947, p. 145).

O autor afirma que os operários que trabalhavam nas fábricas brasileiras possuíam “consciência de classe” menos acentuada do que os das fábricas europeias, reconhecendo, assim, uma divisão de classes no Brasil. Entretanto, não aprofunda a análise sobre a importância de tal “consciência” pois, segundo ele, apesar de os salários serem miseráveis, os operários possuíam vida “fácil” e “salubre”, além de formarem uma “nova aristocracia urbana”. Enquanto o *status* social da aristocracia no meio rural estava associado à propriedade da terra, às posses e ao não-trabalho, na cidade, tal *status* era atribuído aos operários tanto por fazerem parte diretamente da chegada do “progresso”, simbolizado pela indústria, quanto por serem brancos e europeus. Por fim, Deffontaines caracteriza os “parasitas” da sociedade brasileira:

Abaixo [dos operários] se agita uma multidão de indivíduos [...] mais ou menos *mestiçados de negro com indígena*, espécie de *caboclo das cidades*, que vive de *inumeráveis misteres parasitas*: engraxates, carregadores, vendedor de bilhete de loteria, jornalista... Não mendigam, pois *a mendicância é rara no Brasil, embora seu sistema de vida prime em não se dar muito trabalho* [...]. Vivem de quase nada, banana, arroz, mandioca. Exibem pela cidade afora uma *jovial e fácil ociosidade*: a rua deve-lhe algazarra esfuziante (sic.) e vivida. *Não constituem uma escória desprezada, pois a vida brasileira não sublinha as distâncias sociais. Ao contrário disto, as atenua e o jornalista é um senhor, não menos do que o fazendeiro que reside nos luxuosos palacetes da Guanabara, no Rio ou da avenida Angélica em São Paulo* (DEFFONTAINES, 1947, p. 146, grifos nossos).

Enfatiza-se, do excerto acima, o fato de os “parasitas” serem correlacionados aos mestiços de negro com indígena, isto é, sem a contribuição do elemento branco. Enquanto “parasitas”, suas atividades laborais não fazem parte da cadeia produtiva, mas sim de uma prestação de serviços de menor importância. Além disso, primam por “não se dar muito trabalho” e exibem “uma jovial e fácil ociosidade” em uma sociedade em que, após a abolição da escravatura, o valor social do trabalho precisava ser modificado posto que as pessoas já não eram forçadas a trabalhar, deveriam se dispor “espontaneamente” a realizar as atividades laborais. Tal espontaneidade era, contudo, coercitiva devido aos processos de expropriação e de condenação social e moral do não-trabalho.

Estratificação social/racial, exploração do trabalho e criminalização da pobreza no Brasil

No processo de transição da sociedade escravocrata para a sociedade salarial, o trabalho deveria ser desvinculado da ideia de degradação e assumir um valor positivo. Corpos e mentes deveriam, então, ser “adestrados” para a

instituição de uma nova moral de afirmação do trabalho, que punha tal categoria no centro da organização do modelo de sociedade salarial. A aprendizagem dessa disciplina, pelos corpos e espíritos, representou um processo de internalização do trabalho como um bem, como um valor supremo, regulador da nova ordem. Esse processo ocorreu sob formas variadas, em diversos contextos, mas manteve sempre como cerne o “valor trabalho” como elemento regulador da vida social, especialmente para as camadas pobres (BEZERRA; GOMES, 2018, p. 225).

Começa a ser constituído um “imaginário social” em que o trabalho se torna “norteador moral das condutas e comportamentos” (ibidem, p. 225), ao mesmo tempo em que a “vadiagem” é criminalizada e reprimida por meio da criação do “Projeto de Repressão à Ociosidade”, elaborado pelo então ministro da justiça Ferreira Vianna. Segundo os autores, após a criação da lei que aboliu a escravidão no Brasil, inicia-se uma discussão, liderada pelos “barões do império” e pelos políticos, sobre o mundo do trabalho e a manutenção da ordem no país que culminou no referido projeto.

Chalhoub (1983) analisa o debate sobre a repressão à ociosidade, ocorrido na Câmara dos Deputados em 1888, e observa que além da repressão policial e jurídica, era necessária uma “justificativa ideológica para o trabalho”, isto é, razões que explicassem sua importância para as classes menos favorecidas e as convencessem a se dedicar às tarefas laborais. Os negros e mestiços, embora libertos, continuaram sendo estigmatizados e criminalizados, eram tidos como não civilizados, portadores de caráter “duvidoso”, deveriam, portanto, ser “educados” para o trabalho. A oposição entre o mundo do trabalho e o da ociosidade e do crime se enquadrava em um “objetivo mais amplo das classes dominantes de preservar sua posição na estrutura social, ou seja, de manter a sociedade tal como essencialmente era” (Ibidem, p. 55).

Ademais, com o fim do sistema escravagista, a mão-de-obra escravizada foi substituída pela imigrante europeia, de maneira que os negros e mestiços não foram incorporados

de imediato ao mercado de trabalho e engrossavam uma grande massa de “inúteis”, “vagabundos” e “perigosos”. Estabelecia-se, sob uma nova ética do trabalho, a criação do chamado “cidadão de bem”, que deveria respeitar a propriedade e amar o trabalho:

O amor e o respeito religioso à propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. Mas este não é o ponto essencial a enfatizar neste contexto. Estamos pensando nos libertos, e não convém alimentar nestes indivíduos o sonho de se tornarem proprietários. Nada disso! Seria perigoso; seria jogar os pobres contra os ricos, uma crueldade! Para o liberto, tornar-se bom cidadão significa amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida "civilizada" (Ibidem, p. 57).

Nota-se que o trabalhador tem o dever de respeitar a propriedade alheia e não almejar tornar-se proprietário, nem se rebelar contra este indivíduo-tipo, mantendo, assim, a ordem social vigente no período colonial. Essa relação entre moralidade e trabalho, e o “projeto de repressão à ociosidade” tinha objetivos punitivo-educativos:

Era preciso inculcar nos cidadãos o hábito do trabalho, pois esta era a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos - indivíduos sem nenhum senso de moralidade. Dentro deste espírito, o projeto prevê que os ociosos serão conduzidos a colônias de trabalho, com preferência para atividades agrícolas, onde serão internados com o objetivo de adquirir o hábito do trabalho. Esta retórica moralista mal acoberta o objetivo dos legisladores: a pena para o ocioso devia ser bastante longa (de 1 a 3 anos para o reincidente), pois o que se desejava não era a punição pura e simples do indivíduo, mas sim sua reforma moral - e este objetivo não podia ser alcançado a curto prazo. (Ibidem, p. 58).

A ideologia de “valorização” do trabalho assalariado no Brasil foi implementada por meio da coerção e do preconceito racial. Manteve-se uma sociedade estruturalmente desigual em que os proprietários, associados historicamente ao branco/europeu, continuaram patrões, e os negros, indígenas e mestiços, grande massa da população brasileira, permaneceram estigmatizados e condenados a trabalhar perpetuamente para pagar suas dívidas. No discurso dualista, baseado na tradição cristã de distinguir o bem do mal, o “cidadão de bem” é o proprietário e o “trabalhador dócil” enquanto o “cidadão do mal”, é o “vagabundo” ou “parasita”, que deve ser punido e “educado” para o trabalho.

A seriação, apresentada por Deffontaines dos indivíduos-tipos brasileiros, segue esta lógica: o fazendeiro, o colono, o mascate e o “proletário urbano”, associados aos brancos e trabalhadores, estão em níveis mais altos da hierarquia social e contribuem para a “ordem” e o “progresso” do país. Por sua vez, os “mestiços”, rurais e urbanos (caboclos e caipiras), por estarem ligados às atividades de subsistência, permaneceram classificados como “parasitas” que deveriam ser “assimilados” à economia nacional, ou seja, serem adestrados e transformados em trabalhadores úteis e produtivos. Estes indivíduos-tipos são citados nos debates sobre a repressão e ociosidade: “É notório o fato de que o nacional não é amigo do trabalho; vejam só, por exemplo, o caipira paulista, ‘um verdadeiro parasita, que consome apenas e nada produz’” (Ibidem, p. 60). Ao “tipo nacional”,

identificado como sendo mestiço, é resgatada a visão colonizadora europeia que associa preguiça à tropicalidade:

No Brasil [...] o indivíduo encontra muitas facilidades para subsistir, pois o nosso solo é rico, o nosso clima ameno, e a abundância se nota por toda parte. Sendo assim, a nossa população não precisa ter hábitos ativos de trabalho, pois tem facilidade em obter a carne, o peixe, o fruto, e, além disso, a amenidade do clima permite ao brasileiro passar perfeitamente ao relento, sem cobrir o corpo com vestes pesadas e caras. Em nosso país, portanto, é preciso obrigar o indivíduo ao trabalho, pois a tentação da ociosidade é irresistível (Ibidem, p. 61).

Se no Brasil seria possível manter a subsistência e a ociosidade, o trabalho não seria uma necessidade a não ser em uma sociedade voltada ao lucro e à acumulação. Contudo, lucro e acumulação, frutos do trabalho, não são direcionados aos trabalhadores, mas aos patrões/proprietários, que praticam o ócio. O problema não era, então, o ócio, mas quem o praticava. Chalhoub (1983) observa que a criminalização da ociosidade ocorre quando está associada à pobreza. Segundo o autor, o delito da vadiagem é caracterizado pelo hábito, mas principalmente pela indigência:

Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é atributo dos barões (Ibidem p. 62).

Destituída das condições materiais para manter a subsistência e dos meios de produção para garantir a riqueza por meio da exploração do trabalho de outras pessoas, resta à grande massa da população constituir a classe trabalhadora

do Brasil. Constantemente vigiados e reprimidos, os pobres são considerados perigosos, pois trazem “maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente ‘rolar até o abismo do crime’” (Ibidem, p. 62). Consolida-se, assim, uma hierarquia social baseada na cor da pele, mas que aparece sob a roupagem da democracia racial, ainda nos dias atuais.

Considerações finais

O desvendamento do “enigma” Brasil compôs a problemática principal sobre a qual se ocupou a *intelligentsia* brasileira até meados do século XX. Porém, não se tratava de um “desvendamento”, mas de uma invenção. Tal diferença é crucial, pois o desvendar remete a tornar o “real” conhecido, enquanto o inventar implica em uma forma de ver e sua representação.

Ao longo do processo de construção da ideologia nacional brasileira, observamos certa continuidade da lógica colonial portuguesa e não sua ruptura. Exemplificamos essa continuidade a partir da exaltação do elemento branco; da estigmatização e exploração do negro, do indígena e do mestiço; da manutenção de um país agrário-exportador em que os fazendeiros-latifundiários detêm *status* e poder a partir da propriedade da terra; e do uso da violência e coerção. A contribuição da Geografia em tal processo, ocorreu a partir das colaborações de Deffontaines, geógrafo francês que, além de propor uma interpretação da “realidade brasileira”, no processo de construção da “Geografia formal”, participou da

formação da primeira geração de geógrafos brasileiros, influenciando-os teórico-metodologicamente e, desta maneira, difundindo esta forma de pensamento que se tornou hegemônica na Geografia brasileira durante certo período. Conceitos como paisagem, indivíduos-tipos e gêneros de vida estabeleceram e difundiram estereótipos das “gentes” e regiões brasileiras auxiliando na consolidação de “uma identidade comum”, subsidiando a manutenção da integração territorial.

A ideia de “ordem e progresso” e o processo de ocupação do “interior” do Brasil estavam diretamente relacionados à consolidação do modo de produção capitalista no país e se opunha a tudo o que representasse outros modos de vida e subsistência. A ciência geográfica produzida naquele contexto colaborou para a consolidação da ideologia nacional e do Estado-burguês, fundamental para a (re)produção das relações de dominação e exploração de classe e de cor, entre outras, que se encontram ainda hoje presentes no imaginário social e na vida material dos brasileiros.

O “país do futuro” ainda não chegou, mas a “frente pioneira” continua a avançar pelos “sertões” brasileiros levando consigo o “progresso” e “passando a boiada” por cima do que estiver pela frente. Sob a roupagem da “liberdade”, sobretudo para vender sua força de trabalho, alguns “indivíduos-tipos” são constantemente criminalizados quando questionam e/ou se rebelam contra a ordem social vigente. Nesse ínterim, munindo-se da bandeira nacional, se

(re)apropriando de e ressignificando discursos e visões gestados desde o período colonial, um “cidadão de bem” chegou à Presidência da República no Brasil e o movimento ao qual deu rosto e voz, o bolsonarismo, continua presente e interpelando milhões de brasileiros, mesmo após a sua saída deste cargo político.

Referências

ALMEIDA, L. F. R. Estado-Nação e Ideologia: Elementos para uma discussão. In. DEL GAUDIO, Rogata Soares e PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **Geografias e Ideologias: Submeter e Qualificar**. Belo Horizonte, Editora UFMG, p 66-87. 2014,

ARAÚJO, G. C. C. **Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986)**. (Tese de doutorado). Unesp. Rio Claro. 2016

AZEVEDO, A. A Geografia em São Paulo e sua evolução. **Boletim Paulista de Geografia.**, nº 16. p. 45-65, março, 1954.

BARBATO, L. F. T. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão: UFGD – Dourados** Vol. 8 n. 15, p. 1-15 –, jan/jun. 2014.

BEZERRA, O. de L.; GOMES, G. A. de O. Notas sobre a história do trabalho no Brasil: a consagração em fatos, valores e músicas. **História & Perspectivas**, Uberlândia (58); p. 223-236, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/37401> . Acesso em: Março/2023.

CHALHOUB, S. Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888.

Estudos Ibero-Americanos, Curitiba, v. 9, n.1-2, p. 53-67, 1983. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/ibero-americana/article/view/36351>. Acesso em: Março/2023.

CHAUI, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEFFONTAINES, P. Os indivíduos-tipos do Brasil. **Boletim geográfico**. p. 140-146. 954, nº 16. p. 45-65. Maio de 1947, nº 50.

JURT, J. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. Revista **MANA** 18(3): p. 471-509, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/x47K6TgqwfrZ5CgPrPJDykk/?lang=pt> . Acesso em: Março/2023.

LAUERHASS, L.; NAVA, C. (orgs.). **Brasil**: uma identidade em construção. São Paulo. Ática. 2007.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo. Cortez, 1995.

MORAES, A. C. R. O sertão: um “outro geográfico”. **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/>. Acesso em: Março de 2023.

_____, **Ideologias geográficas**: Espaço, cultura e política no Brasil. Hucitec. São Paulo. 1988.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: As matrizes brasileiras, volume 3. São Paulo, Contexto, 2016.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

SOARES, L.D.G. **O continente que virou uma nação?** Aspectos do Brasil e da Geografia Brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFMG, Belo Horizonte, 2020.

Submetido em: 16 de março de 2023.

Devolvido para revisão em: 24 de abril de 2023.

Aprovado em: 04 de maio de 2023.

SOARES, L.; SOARES, R.; PEREIRA, D. A IDEOLOGIA NACIONAL BRASILEIRA COMO FERRAMENTA POLÍTICA : ORDEM, PROGRESSO, CONSERVADORISMO E COERÇÃO. **Terra Livre**, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2940>. Acesso em: 22 jul. 2023.